

A CULTURA VOLTOU

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

MINC: O QUE
ENCONTRAMOS?



PERDA DE CAPACIDADE institucional da gestão pública da cultura



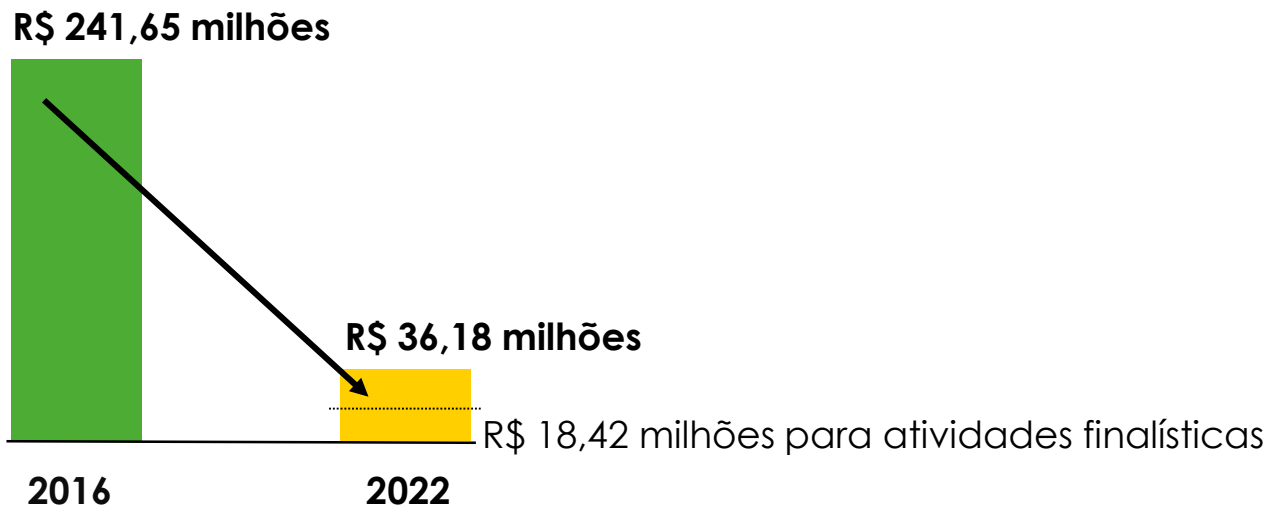
- Estrutura governamental dedicada à área de cultura de forma exclusiva **caiu para menos de um terço** do que existia em 2016.

- **Perda do orçamento da administração direta é de 85%** desde 2016.

- Programas e políticas estruturantes **descontinuados.**

- Contratos administrativos básicos **ausentes e defasados.**

DIMINUIÇÃO do orçamento



Redução de investimento histórico e alarmante - redução de orçamento da administração direta de 85% em comparação com 2016.



ALÉM DO DESMONTE INSTITUCIONAL DAS POLÍTICAS CULTURAIS, O SETOR CULTURAL SOFREU COM A PANDEMIA

- **83,7%** tiveram suspensão de atividades e maior dificuldade de captação (Observatório de Economia Criativa)
- A taxa de **informalidade** do setor alcançou **41,2%**

DIA 08 DE JANEIRO DE 2023

O ATAQUE A DEMOCRACIA POR MEIO DA
DEPREDAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
BRASILEIRO E AGRESSÃO AO DIREITO À
MEMÓRIA

(*Estimativa para recuperar o que foi danificado é de
R\$ 26,2 milhões, mas ainda não sabemos mensurar os
danos imateriais)



CULTURA COMO DIREITO

CULTURA na Constituição



Art. 215. Constituição:

“O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

ESTRUTURA MINC



MINISTRA DA CULTURA
MARGARETH MENEZES



SECRETARIA EXECUTIVA
MARCIO TAVARES



SECRETARIA DE FOMENTO
E ECONOMIA DA CULTURA
HENILTON MENEZES



SECRETARIA
DO AUDIOVISUAL
JOELMA GONZAGA



SECRETARIA DE DIREITOS
AUTORAIS E INTELECTUAIS
MARCOS SOUZA



SECRETARIA DOS COMITÊS
DE CULTURA
ROBERTA MARTINS



SECRETARIA DE FORMAÇÃO,
LIVRO E LEITURA
FABIANO PIÚBA

SECRETARIA DA
CIDADANIA E
DIVERSIDADE CULTURAL

ENTIDADES VINCULADAS



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
LEANDRO GRASS



INSTITUTO BRASILEIRO
DE MUSEUS
FERNANDA CASTRO



AGÊNCIA NACIONAL
DO CINEMA
ALEX BRAGA



FUNDAÇÃO NACIONAL
DE ARTES
MARIA MARIHELLA



FUNDAÇÃO CULTURAL
PALMARES
JOÃO JORGE



FUNDAÇÃO CASA DE
RUI BARBOSA
ALEXANDRE SANTINI



FUNDAÇÃO BIBLIOTECA
NACIONAL
MARCO LUCCHESI



POLÍTICAS CULTURAIS do MinC

FOMENTO CULTURAL E ECONOMIA CRIATIVA

AUDIOVISUAL

DIREITOS AUTORAIS

POLÍTICA NACIONAL DAS ARTES

CIDADANIA E DIVERSIDADE CULTURAL

FORMAÇÃO, LIVRO E LEITURA

MUSEUS, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

DIREITOS culturais

- **produzir cultura;**
- **participar das decisões** quanto ao fazer cultural;
- **usufruir dos bens da cultura**, criando locais e condições de **acesso** aos bens culturais para a população;

DIREITOS culturais

- **formação** cultural e artística;
- **espaços para reflexão, debate e crítica;**
- **informação, comunicação e conexão.**

CULTURA COMO
VETOR DE
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO,
HUMANO
E SOCIAL



PESO DA CULTURA NA ECONOMIA BRASILEIRA

3,11% =
R\$ 232 bilhões

PIB DA ECONOMIA DA CULTURA
E DA INDÚSTRIA CRIATIVA

(2020)

Fonte: Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural

(2023)

PIB DA CULTURA

3,11%

PIB DA CONSTRUÇÃO CIVIL

3,6%

PIB DA INDÚSTRIA EXTRATIVA

3,11%

PIB DO TRANSPORTE

3,6%

(2020)

Fonte: Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural

(2023)

PESO DA CULTURA NA ECONOMIA BRASILEIRA

7,5 milhões de trabalhadores da economia criativa, segundo dados do último trimestre de 2022.

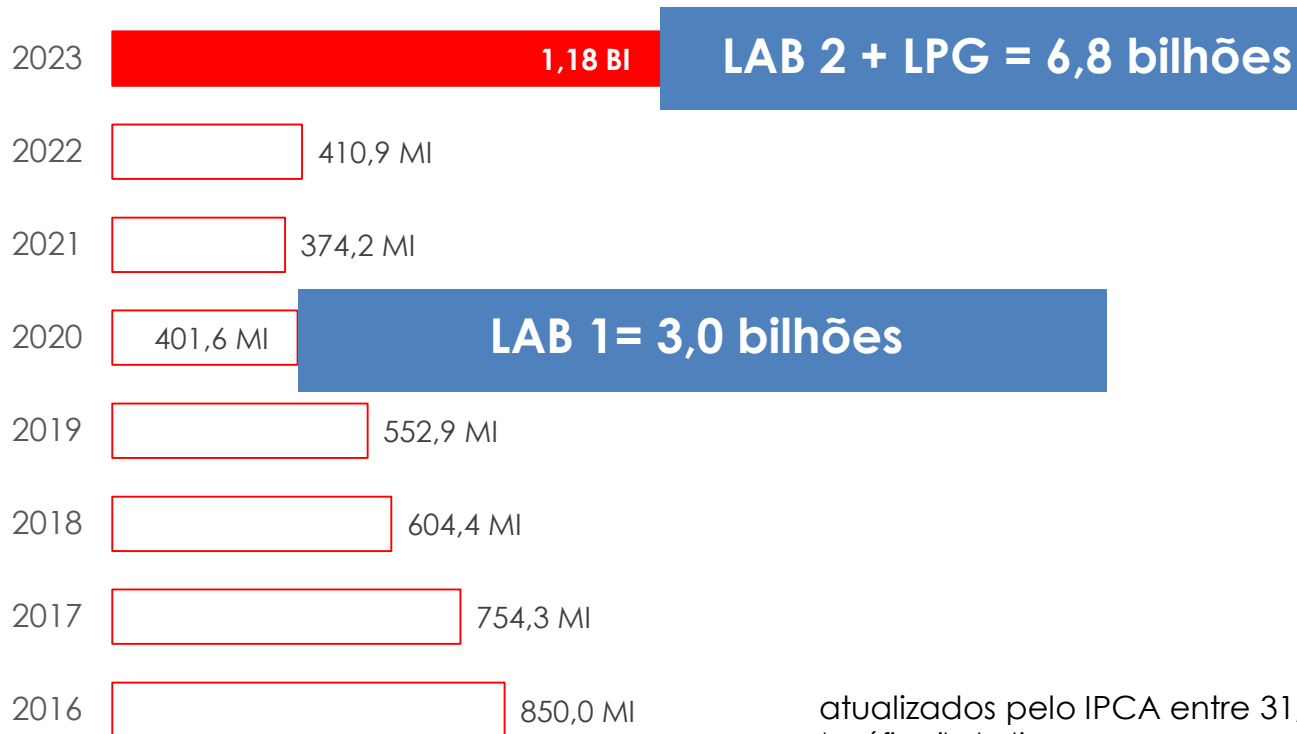
Fonte: Painel de Dados do Observatório Itaú Cultural (2023)



NOVO MINC



Orçamento PARA POLÍTICAS CULTURAIS DO MINC



atualizados pelo IPCA entre 31/12 de cada exercício e 31/12/2022
* gráfico ilustrativo

DIRETRIZES estratégicas**FORTALECER A CULTURA COMO VETOR ECONÔMICO**

Resgatar importância da cultura para a economia

Fortalecer as cadeias produtivas da cultura

Formalizar e garantir direitos do trabalho cultural

CONSOLIDAR IMPORTÂNCIA DA CULTURA NO BRASIL E NO MUNDO

Ressignificar a cultura e as artes no imaginário brasileiro

Promover cultura brasileira no mundo

DIRETRIZES estratégicas**DEMOCRATIZAR
A POLÍTICA CULTURAL**

Democratizar os instrumentos da política cultural, garantindo alcance das políticas em regiões, estados e municípios, territórios de vulnerabilidade. Em todas as cidades do Brasil

**FORTALECER
PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Retomada dos Conselhos de Cultura

Realizar a 4º Conferência Nacional de Cultura

- LIBERAÇÃO DE RECURSOS DA LEI ROUANET

Liberação de recursos captados de 1.946 projetos aprovados, que estavam travados. Com a **liberação, injetamos cerca de R\$ 1 bilhão na economia da cultura.**

ENTREGAS NOVO MINC JÁ REALIZADAS

- EDITAIS COM **BANCO DO BRASIL E BANCO DO NORDESTE**

Investimento de R\$ 160 milhões para ações culturais de 2023 a 2025.

Exposição Música Cinema

Ideias
Programa Educativo
Artes Cênicas

CCBB

Editais de Patrocínio
CCBB 2023-2025.
Saiba mais e inscreva seu projeto cultural.

**Editais
de Patrocínio
Banco
do Nordeste**

Seleção de projetos institucionais,
mercadológicos e culturais para
os anos de 2023 e 2024

Inscrições até 03/03/2023
Saiba mais em: bnb.gov.br



RETOMADA **GESTÃO COMPARTILHADA CAIS DO VALONGO** (PATRIMÔNIO MUNDIAL DA HUMANIDADE PELA UNESCO)

- Criação do Comitê Interministerial e posse do **Comitê Gestor Participativo** para implantação do **Centro de Interpretação do Valongo e do Memorial da Herança Africana**.



ENTREGAS NOVO MINC JÁ REALIZADAS

DECRETO DO FOMENTO

- Estabelece regras e procedimentos gerais para os mecanismos de fomento cultural direto e marca a retomada da produção cultural e artística, com **investimentos descentralizados, diversidade, transparência, segurança processual e jurídica, diálogo com a sociedade e democratização do acesso.**



PRÊMIO CAROLINA MARIA DE JESUS

- Lançamento do edital em apoio para **livros inéditos escritos por mulheres. R\$ 2 milhões para selecionar 40 livros inéditos escritos por mulheres ficcionistas** nas categorias romance, contos, crônicas, roteiro de teatro e quadrinhos.



EDITAL RUTH DE SOUZA DE AUDIOVISUAL

- 10 (dez) projetos inéditos de obras cinematográficas de ficção, com temática livre, de cineastas brasileiras na realização do seu primeiro longa-metragem.

R\$2 milhões para a realização de cada obra de produção independente, totalizando o investimento de **R\$ 20 milhões**.



POSSE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL (CNPC)

- **Posse a 72 novos membros(as), titulares e suplentes.**

Órgão colegiado que propõe medidas que visem o reconhecimento da cultura como cerne do desenvolvimento humano, social e econômico; avalia as diretrizes do Plano Nacional de Cultura e acompanha a execução, inclusive quanto à aplicação de recursos





PRÓXIMAS ENTREGAS



LEIS DE FOMENTO CONQUISTADAS PELO CONGRESSO, CAMPO CULTURAL, GESTORES ESTADUAIS E LOCAIS E SERVIDORES DA CULTURA

LEI PAULO GUSTAVO

Lei 195/2022 estabelece o investimento aos Estados, Distrito Federal e Municípios, de **R\$3,8 bi** para aplicação em ações com o objetivo de combater e mitigar os efeitos sociais e econômicos da pandemia da covid-19 sobre o setor cultural, com destaque para o audiovisual.

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO A CULTURA

Lei Nº 14.399 de 2022 Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura estabelece o investimento anual de **R\$ 3 bi ao longo de 4 anos** aos Estados, Distrito Federal e Municípios para os trabalhadores da cultura e as entidades e pessoas físicas e jurídicas que atuem na produção, na difusão, na promoção, na preservação e na aquisição de bens, produtos ou serviços artísticos e culturais, inclusive o patrimônio cultural material e imaterial

LEI PAULO GUSTAVO

JANEIRO – ABRIL

Já realizados
50 encontros de escuta
e tira dúvidas envolvendo
mais de 7 mil pessoas

MAIO

regulamentação
início da liberação dos
recursos

MAIO/JUNHO

Estados e municípios submetem seus Planos de Ação. Com o Plano de Ação aprovado, os entes podem lançar seus editais e repassar os recursos pros agentes culturais

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO A CULTURA (2023)

JUNHO/JULHO

Regulamentação

AGOSTO

Início da liberação
dos recursos

AGOSTO/SETEMBRO

Estados e municípios submetem seus Planos de Ação. Com o Plano de Ação aprovado, os entes podem lançar seus editais e repassar os recursos pros agentes culturais

LEI PAULO GUSTAVO

VALOR A SER REPASSADO PARA
ESTADOS: R\$ 2.014.900.000,00

VALOR A SER REPASSADO PARA
MUNICÍPIOS: R\$ 1.847.100.000,00

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO A CULTURA (2023)

VALOR A SER REPASSADO PARA
ESTADOS: R\$ 1.500.000.000,00

VALOR A SER REPASSADO PARA
MUNICÍPIOS: R\$ 1.500.000.000,00

ATENÇÃO! Os agentes culturais acessarão os recursos
DIRETAMENTE pelos Estados, Distrito Federal ou Municípios, de
acordo com o previsto nos EDITAIS DE CADA ENTE FEDERADO.

COMITÊS DE CULTURA

Os Comitês de Cultura são espaços livres e abertos de participação, mobilização social, debate, acolhimento de demandas da sociedade civil, escuta, pactuação e capacitação técnica

CONFERÊNCIA NACIONAL DE CULTURA

4ª Conferência ocorrerá em dezembro de 2023 para escuta e construção de políticas públicas de cultura capazes de promover o bem estar social, garantindo o protagonismo da sociedade civil e apoio à economia criativa.

NOVOS PONTOS DE CULTURA

O Minc vai fomentar 50 Pontões de Cultura, premiar mil Pontos de Cultura, Pontos de Memória, Pontos de Leitura, mestres e mestra das culturas populares, ações de diversidade cultural e investir ao longo de 4 anos **R\$600 milhões** para o fomento a projetos continuados de Pontos de Cultura de todo Brasil (via LAB 2).

TERRITÓRIOS DA CULTURA

Fortalecer o senso de pertencimento e a mobilização social nos espaços de cultura por meio da construção participativa do programa de necessidades e da utilização de sistemas construtivos flexíveis e customizáveis.

Aumentar a mobilidade e a capilaridade das apresentações artísticas e do acesso à cultura para populações de cidades de pequeno porte, de bairros, distritos e assentamentos isolados, promovendo uma retroalimentação cultural entre os centros e as periferias, por meio de equipamentos itinerantes e fortalecendo o sistema de geração de renda dos trabalhadores da cultura local.

AÇÕES DO IPHAN

PATRIMÔNIO CULTURAL NOS TERRITÓRIOS

581 ações, representando **R\$ 136 milhões** em investimentos nos 26 estados e o DF em 2023, e novo programa de integração das obras em bens tombados e centros históricos com habitação, empreendedorismo, cultura e turismo.

PLANO NACIONAL DE LIVRO E LEITURA – PNLL

O PNLL é um instrumento legal (Lei 13.696/2018) que estabelece metas e ações de implementação e modernização de bibliotecas públicas estaduais, municipais e comunitárias; bolsas para Agentes de Leitura; prêmios e bolsas de criação e difusão literária; fomento ao circuito de feiras de livros e festivais literários; Prêmio Viva Leitura e aquisição de livros para acervos de bibliotecas públicas.

PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO CULTURAL

Ações integradas entre o MinC e o MEC na formação artística e cultural no âmbito da educação básica, profissional e tecnológica e superior. **Ações programadas:** Disciplinas de artes nos tempos eletivos das Escolas de Tempo Integral ministrados por artistas; Escola com os Mestres e Mestras da Cultura de Tradição a Popular; Cursos de Graduação e de Pós-Graduação e realização do Edital Escolas Livres voltado para instituições culturais da sociedade civil.

PREVISÃO DE CHAMADAS PÚBLICAS DO FUNDO SETORIAL AUDIOVISUAL

CHAMADA PÚBLICA CINEMA – Produção e Via Distribuidora;

INVESTIMENTOS NAS COPRODUÇÕES com Argentina, Uruguai e Portugal, para financiamento conjunto de filmes para salas de cinema;

PRESERVAÇÃO DE SALAS DE CINEMA DE MENOR PORTE com 150 empresas a ser contempladas em todo território nacional;

INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA - Investimentos para o empreendedorismo, acessibilidade e fortalecimento da cadeia produtiva do audiovisual.

REGULAMENTAÇÃO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

Projeto de Lei 9474/18

- O projeto **Regulamenta o Sistema Nacional de Cultura para organizar a gestão pública da cultura**. A organização é feita em regime de colaboração, de forma **descentralizada e participativa definindo as competências e o papel de cada ente**.

CONTAMOS
COM
PARLAMENTARES

MARCO REGULATÓRIO FOMENTO CULTURAL

Projeto de Lei 3905/21

- Organizar as regras das políticas de fomento, a partir de um ponto de vista **técnico, jurídico e democrático**.
- Gestões públicas da cultura ganham uma nova ferramenta: um **regime jurídico próprio para o fomento cultural**.
- Uma legislação que compreende as **necessidades do setor e cria procedimentos mais inclusivos**, que retiram obstáculos e **reduzem as desigualdades de acesso às políticas culturais**.

CONTAMOS
COM
PARLAMENTARES

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO